

ANEXO 3:

OS COMPROMETIDOS: QUESTIONANDO O FUTURO DO PASSADO EM MOÇAMBIQUE

Referência: PTDC/AFR/103057/2008 | FCOMP-01-0124-FEDER-008664

Investigadora Responsável: Maria Paula Guttierrez Meneses

Equipa de Investigação:

Boaventura de Sousa Santos – Investigador

Sílvia Rodriguez Maeso – Investigadora

João Paulo Constantino Borges Coelho – Investigador

Carolina Barros Tavares Peixoto – Investigadora

Benedito Luís Machava – Investigador

João Pedro Conceição Alves de Campos – Bolseiro

Celso Fernando Braga Rosa – Bolseiro

Consultores:

Aniceto Afonso

Carlos de Matos Gomes

Teresa Cruz e Silva

Ungulani Ba Ka Khosa

OS LONGOS DEZ ANOS DE (RE)CONSTRUÇÃO DE PERTENÇAS EM MOÇAMBIQUE, 1972-1982: UMA CRONOLOGIA (excerto)

Com esta cronologia anotada procura-se dar conta dos principais aspetos políticos, militares e sociais que moldaram a formação das identidades políticas em Moçambique, ao mesmo tempo que se procura, a partir de uma complexificação da análise histórica, dar conta das origens de disputas entre a história oficial e as memórias coletivas.

Os problemas derivados da imposição de uma narrativa que busca construir a ideia de nação a partir de uma versão situada da interpretação política das lutas nacionalistas e dos projetos nacionais ganham densidade e complexidade. Baseada em documentos de arquivo, entrevistas e depoimentos, esta cronologia é parte integrante do projeto ‘Os Comprometidos: Questionando o futuro do passado em Moçambique’ e irá contribuir para uma sofisticação da interpretação deste período.

O horizonte temporal selecionado – 1972-1982 – está de acordo com o tema do projeto. O início da década de 70 do século passado, com a ampliação das frentes de luta a Tete e à região centro (Manica e Sofala) teve como resultado o escalar da violência e a militarização total da sociedade; 1982 foi o ano em que foi realizado o último encontro com elementos considerados ‘moralmente’ duvidosos de integrar a cidadania moçambicana na altura da independência, ou seja, o ano em que teve lugar, em várias sessões distribuídas pelo país, a última ‘comissão de verdade e reconciliação’.

1972: o alargamento das revoltas?

1 Janeiro – Uma celebração sem fundamento?

O General Kaulza de Arriaga, comandante em chefe das forças portuguesas, na sequência de operações militares realizadas pelo exército português no norte de Moçambique declara que a “*vitória final sobre a FRELIMO¹ está próxima*”.

1 de Janeiro – Conflito com os padres do Macúti - Beira

Dois padres portugueses, da paróquia do Macúti, na Beira – Joaquim Teles Sampaio e Fernando Marques Mendes – são alvo de um processo, e posteriormente presos, por denunciarem a violência da guerra. A acusação inicial fora a de insulto à bandeira nacional, que alegadamente teria sido impedida de entrar na igreja durante uma cerimónia de escuteiros. Mas cedo se percebeu que a questão de fundo fora uma homilia proferida dias antes, a 1 de Janeiro de 1972, Dia Mundial da Paz, com a denúncia de várias atrocidades cometidas pelas forças militares portuguesas em Moçambique, nas zonas de guerra. Na referida homilia o padre Sampaio denuncia a discriminação racial presente e a guerra, dois lados da realidade colonial vigente, afirmando: “*a uma guerra de opressão não se pode responder com outra guerra de repressão*”. Ainda durante esta homilia seria denunciado o massacre de Mocumbura. Os dois padres foram julgados em tribunal militar, tendo sido condenados a leves penas de prisão correcional - o que foi equiparado nos meios eclesiásticos a uma absolvição e que, em contrapartida, deixou indignados os sectores políticos e militares que sustentavam a acusação. Em prisão preventiva durante mais de um ano, ambos saíram logo em liberdade. Contudo, passado um mês, e perante nova campanha desencadeada pelos mesmos sectores, os dois padres foram obrigados a abandonar a cidade da Beira com destino a Lisboa.

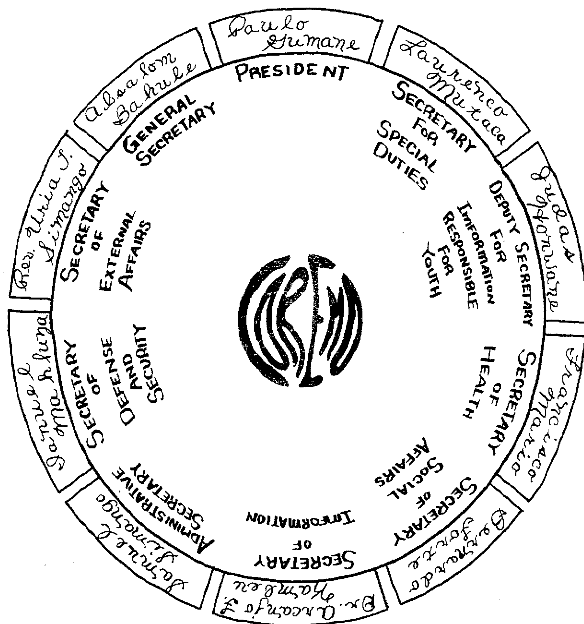
5 de Janeiro – Grupo de Uria Simango une-se ao COREMO²

Na sequência de meses de negociações entre o grupo de Uria Simango (que se havia afastado da FRELIMO em 1969) e o líder do COREMO, Paulo Gumane, é anunciada a unificação destas forças, em prol da luta pela libertação de Moçambique do colonialismo português: “*arma mais poderosa que pode garantir e acelerar a liberdade e a independência de todos é a unidade do povo Moçambicano*”.³ Na sequência deste processo a liderança do COREMO conheceu algumas modificações: Uria Simango ascendeu a Secretário para as Relações Exteriores; A. Faustino Kambeu, a Secretário da Informação; Judas Honwana, a Secretário adjunto da Informação e responsável pela Juventude; e Lourenço Mutaca, a Secretário para assuntos especiais.

¹ Frente de Libertação de Moçambique

² Comité Revolucionário de Moçambique

³ Outras figuras dissidentes da FRELIMO, como o Padre Mateus Pinho Gwenjere já haviam, no passado, aderido ao COREMO.



(COREMO Newsletter 2, de Abril de 1972)

12 de Janeiro - Sabotagem da ARA⁴

A FRELIMO saudou a ação da ARA - destruição de material de guerra que seguia para as frentes de guerra em Angola, Moçambique e Guiné (Bissau) no navio Muxima – classificando-as de ‘Quarta Frente’ de luta, em Portugal, levada a cabo por patriotas anti-fascistas e anti-colonialistas portugueses.

14 Janeiro – Denúncia de massacres em Mocumbura (Manica)

Conclusão do inquérito feito pelo Exército português aos massacres de Mocumbura, realizados em 1971, declarando-se não se provar “*que as nossas tropas tenham cometido quaisquer represálias, violências ou massacres*”.

⁴ Ação Revolucionária Armada, organização clandestina que funcionou em Portugal entre 1970-1973, sob orientação do partido comunista, com o objetivo de enfrentar o regime através da luta armada.

3º - Dia 7/5/71 - A tropa portuguesa mata 14 pessoas, machambeiros, em Kapinga e Catacha. Os homens são Guidilo, Miriano, Grizi, Zeze, Taporeta, Caropora, Fungurane, Pitrose, Maizi, Matias, Kenete, Diquissoni, Langisse e Jona. Nestas povoações ficaram poucos homens com vida. Quando lá chegámos não encontrámos ninguém. As povoações estavam totalmente abandonadas. Galinhas, cabritos, bois, porcos, andavam por lá à solta. As mulheres e os filhos dos 14 homens assassinados tinham fugido no mesmo dia do massacre. As pessoas da povoação vizinha, Mahanda, disseram-nos os nomes dos 14 mortos. Uma testemunha ocular que conseguiu fugir às três da madrugada, enquanto a sentinela dormia, contou absolutamente tudo o que tinha acontecido. Ele próprio fizera as covas onde tinham sido enterrados estes homens de Kapinga: uma cova feita na Catacha e duas em Kapinga. Nós, os padres, vimos uma delas, situada próximo do rio Dak. O homem que nos acompanhava disse-nos os nomes dos quatro ou cinco homens que nela estavam enterrados, pois ela conhecia as camisas e os farrapos que se encontravam espalhados perto das covas. Tinham cavado muito pouco e por isso a cova era pouco profunda e exalava dela um cheiro a carne humana em putrefacção. A seis metros da cova encontrámos uma cabeça humana quase sem carne, ossos das costelas, das pernas, e bocados dos dedos das mãos. Alguns homens da povoação disseram-nos que eles pensavam que os homens enterrados naquela cova não tinham sido mortos a tiro, mas sim golpeados, torturados e despedaçados. Mostraram-nos uns paus salpicados de sangue com os quais deveriam ter sido abatidas as vítimas. Confirma a nossa suposição uma seguinte afirmação de um africano, informador da tropa, e que os acompanhou nessa ocasião: "Matámos muitos homens. Eu próprio lhes dei pancada e os escavaquei com um machado". Não obstante o agente da DGS nos dissesse que eles não tinham chegado àquelas partes de Mahanda e Kapinga, nós encontrámos uma boa quantidade de latas vazias das rações de combate, a 20 metros daquela cova de que estamos a falar. As poucas pessoas que ficaram sabem muito bem tudo o que tem acontecido e sabem-no com riqueza de pormenores: o lugar das covas e o nome dos mortos. Entre africanos não há segredos. Convidamos os que quiserem vir para visitar pessoalmente quando estamos a dizer.

Dia 4/11/71 - Na povoação de António os Comandos apanharam um grupo de 10 pessoas: Todas eram mulheres e crianças. Foram obrigadas a entrar dentro de uma palhota e começaram a atirar granadas contra elas para incendiar a palhota e queimá-las vivas. Todas as mulheres e crianças morreram abrasadas dentro. Só uma mulherzinha, quando os soldados se foram embora é que conseguiu sair da palhota em chamas, com um ombro desfeito por um estilhaço das granadas. Ela contou-nos tudo e deu-nos os nomes das mulheres e crianças que morreram dentro da palhota, e que nós enterrámos no sábado, dia 6. Elena, mulher do régulo Buxo, que foi morto pelos homens da Frelimo por querer ser fiel a Portugal. Ester, filha do Buxo e de Elena - tinha 10 anos. Margareta, filha do Buxo e de Elena - tinha 8 anos. Maria, filha do Buxo e de Elena, tinha 6 anos. Tafirei, filha do Buxo e de Elena - tinha 1 mês. Majosi - era uma velhinha de 65 anos. Rute Chidecunde, mulher casada. Kufa, filha de Chidecunde e de Rute - tinha 3 anos. Massa, filha de Chidecunde e de Rute - 12 anos. Verónica, filha de Chidecunde e de Rute - 7 meses. Dzudzai, mulher casada - 20 anos. Rorosi, criança - 2 anos. Noutra palhota Heidi, velhinha de 70 anos e mais duas pessoas que não conseguimos identificar, foram também queimadas. Estas eram adultos.

Junto da loja do sr. Gabriel, na povoação de António, enterrámos também mais 5 pessoas impossíveis de identificar, pois só ficaram os esqueletos abrasados. Só podemos dizer que entre os esqueletos havia um de uma criança de 2 ou 3 anos. Lá mesmo perto da loja encontrámos 20 cabeças de gado dentro de um curral. Estes animais não foram queimados, e aquilo parecia um autêntico cemitério de bois, mortos a tiro. Mandámos queimar pois aquilo era um foco infeccioso perigosíssimo para as povoações. Nada sabemos do que os Comandos fariam noutras povoações. Simplesmente contamos o que temos visto com os nossos próprios olhos.

P. Alfonso Valverde ---- P. Martin Hernandez

2 de Março – Confrontos entre forças do COREMO e da FRELIMO

Num artigo publicado no *Combatente*, órgão oficial do COREMO (publicado na Zâmbia) é denunciado o confronto militar entre forças da FRELIMO e do COREMO, acusando este último movimento a FRELIMO de ter morto vários combatentes seus.

Abril

D. Eurico Nogueira, entretanto nomeado bispo em Angola, ao despedir-se da paróquia de Vila Cabral (atual Lichinga) faz uma intervenção sobre a "Igreja e a Política" em Moçambique. Elementos da PIDE/DGS⁵ presentes na homilia comentaram o posicionamento do bispo: "*apresentou os excessos cometidos [pelo exército] como uma*

⁵ Polícia Política portuguesa durante o Estado Novo. Nas colónias africanas a PIDE/DGS funcionava em íntima colaboração com o Exército, na luta contra a 'subversão' terrorista.

reação condenável, mas desculpável, por parte do sector militar, pois, afirmou, beneficiavam da atenuante da luta. Dizendo que era um princípio absolutamente errado que o terrorismo só se combatia com o terrorismo, lançou-se em seguida num ataque cerrado, violento e virulento, às Instituições Policiais, claramente à nossa Corporação, sem que, contudo, a nomeasse [...]. Valendo-se mais uma vez da sua posição de Bispo e do facto de poder falar em público, sem ser contestado, lançou do Altar para baixo todo o ódio que o consome” (Arquivo da Torre do Tombo, ANTT/PIDE-DGS, Proc. Nº 62221).

14 Abril – Avião militar abatido

Um avião militar português é abatido na região de fronteiro norte de Moçambique pela defesa antiaérea da Tanzânia.

17 Abril – Carta de Spínola a Marcelo Caetano

Carta do General Spínola, comandante em chefe das forças armadas portuguesas da Guiné, a Marcelo Caetano, presidente do Conselho, em que considera que “*não ganharemos esta guerra [colonial] pela força das armas*”. Esta posição opõe-se à solução da radicalização da guerra proposta por Kaúlza de Arriaga.

4 Maio – Reencontro de tropas

Reencontro violento entre tropas dos exércitos de Portugal e do Malawi, junto à fronteira com Moçambique.

10 de Junho – Comemorações em Lourenço Marques

Durante as cerimónias relacionadas com as comemorações do dia de Portugal, realizadas em Lourenço Marques, as tropas portuguesas desfilam em estado de alerta. Este clima de tensão vivido na região resulta de notícias que circulavam na região e que alertavam para a possibilidade de um golpe da FRELIMO nesta data na cidade.



(Desfile militar na Praça da Câmara Municipal, Lourenço Marques, foto da autora)

11 de Junho – Abate de helicóptero

Um helicóptero português é abatido pelas forças da FRELIMO, perto de Macomia, em Cabo Delgado.

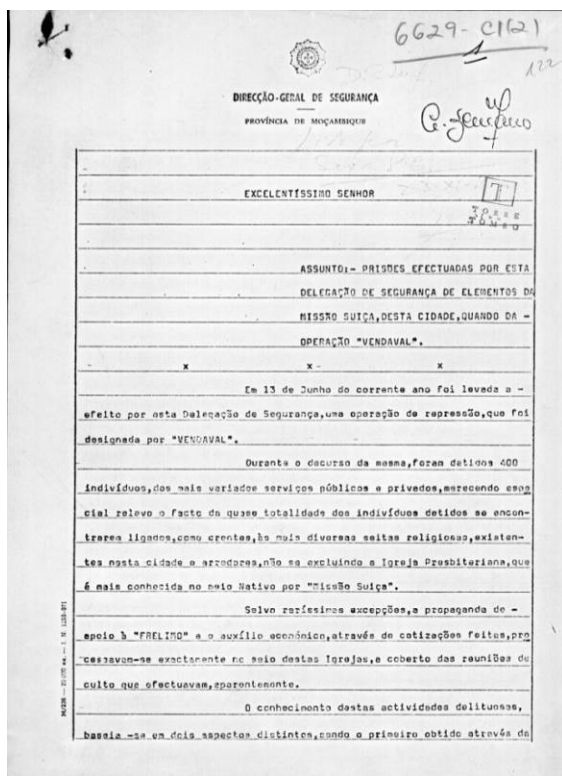
25 Junho – Mensagem de Samora Machel, presidente da FRELIMO

Por ocasião da celebração do 10º aniversário da fundação da Frente, Machel, num discurso ao povo moçambicano, reafirma que o inimigo comum dos moçambicanos é o colonialismo português e o imperialismo. Nesse mesmo discurso afirma que *“entre as táticas utilizadas pelo inimigo, é importante salientar o tribalismo, o regionalismo e o racismo. A experiência da nossa luta tem-nos mostrado que o tribalismo, o racismo e o regionalismo não têm base real mas são sempre fomentados pela ambição e pela sede do poder. [...] Outros métodos consistem na criação de pequenos grupos a quem se dão privilégios a fim de os isolar das massas e fazer deles agentes para a perpetuação da dominação colonial. É com este fim que as autoridades portuguesas adotaram recentemente a política de elevar os salários de certos moçambicanos que elas pensam poder assim ganhar à sua causa. [...] O inimigo procura também subverter o carácter da nossa luta, tentando levar a população branca a participar ativamente na guerra contra o nosso povo – já tivemos ocasião de denunciar a política colonialista de fixação de colonos nas terras férteis, de onde a população africana é expulsada, política que tem como objetivo transformar a nossa guerra em guerra racial, em guerra contra o homem branco. Com o mesmo intuito de subversão, o inimigo procura infiltrar agentes na nossa zona que disfarçados e vestidos como militantes da FRELIMO, cometem crimes contra o povo com o intuito de desprestigiar a nossa organização. É necessário por isso que todos os moçambicanos de todas as regiões, origens e raças, reforcem a sua vigilância contra estas manobras, através das quais o inimigo tenta prolongar a sua sobrevivência. [...] O nosso combate não se dirige contra o povo português, nem contra nenhum povo, qualquer que seja a cor da sua pele. O nosso combate visa a liquidação completa do sistema colonial e de todos os seus vestígios. Por essa razão a FRELIMO renova o seu apelo aos soldados portugueses do exército colonial para que cessem de ser instrumentos de um sistema de dominação que os oprime no seu próprio país, e que recusem participar numa guerra criminosa contra as legítimas aspirações do povo moçambicano à independência. Aos soldados moçambicanos no exército colonial, a FRELIMO lembra que o seu dever é participar ativamente na luta de libertação, recusando ser cúmplices do opressor estrangeiro. [...] Aos moçambicanos que se encontram nas zonas ocupadas, a FRELIMO dirige os maiores encorajamentos e exorta-os a resistir às manobras do inimigo e a continuar a preparar-se para a luta armada.”* (Voz da Revolução, nº 10, de Junho de 1972)

Junho – Vaga de Prisões em Moçambique

Fruo de uma imensa ação repressiva levada a cabo pela polícia política portuguesa – PIDE/DGS⁶ (‘Operação Vendaval’), são presos, no sul de Moçambique, mais de duzentos dirigentes de Igrejas protestantes.

⁶ A polícia política portuguesa era conhecida, até 1969, por PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), tendo passado depois a ser designada de Direção Geral de Segurança (DGS). Foi extinta após o golpe de estado de 25 e abril de 1974.



(Arquivo da Torre do Tombo – ANTT/PIDE/D-F/001/00015)

A polícia faz uma razia entre as diversas comunidades protestantes, suspeitas de apoiarem a guerrilha da frente de libertação de Moçambique (FRELIMO): presbiterianos, congregacionais, wesleyanos, adventistas, sionistas. Estima-se que, no total, mais de mil prisões foram efetuadas entre Maio e Junho de 1972.

21 de Julho – Morte de José Sidumo

Morre na cadeia da Machava um dos pastores presbiterianos presos, José Sidumo, sendo a causa oficial da morte atribuída a doença. José Sidumo era membro do Conselho da Igreja de Manjacaze.

25 Julho – Abertura da frente de Manica e Sofala

A FRELIMO abre uma nova frente militar – a de Manica e Sofala.

“A abertura da nova frente é uma grande derrota para o colonialismo português e o imperialismo. Manica e Sofala é um centro estratégico de desdobramento das tropas colonialistas; a recente transferência da sede o Alto Comando Militar inimigo de Nampula para a Beira demonstra bem a importância militar da província. [...] Ao desencadearmos a luta em Manica e Sofala, onde se encontra implantada uma fração importante da comunidade portuguesa no nosso país, queremos reafirmar que a nossa luta não é contra ela, que a nossa vitória só pode beneficiar os que vivem do trabalho honesto, os que sofrem da exploração colonial e fascista. O Povo moçambicano, fraternalmente, convida os soldados portugueses, a população portuguesa, a unirem-se ao esforço comum de libertação.” (Voz da Revolução, nº 11, de Julho e Agosto de 1972)

25 de Julho- Reeleição de Américo Tomás

Américo Tomás é reeleito, por um colégio eleitoral restrito, Presidente da República portuguesa, no que foi interpretado como um alinhamento com as políticas anteriores – assegurar o regime e a defesa das colónias – em detrimento de uma abertura democrática.

26 Julho – Comando das Cargas Críticas

Criação do Comando das Cargas Críticas, destinado a coordenar toda a atividade de transporte de materiais essenciais à construção da barragem de Cahora Bassa.

Julho – Acordo de Portugal com a CEE (Comunidade Económica Europeia)

Portugal assina o primeiro acordo comercial com a CEE, sinal inequívoco de uma aproximação à Europa.

Agosto – Unificação do controlo da PIDE-DGS

Aníbal São José Lopes passa a coordenar as operações da DGS em Angola e Moçambique.

Agosto – Denúncia da crescente violência contra a população civil

O padre Luis Alfonso da Costa consegue fazer sair de Moçambique um relatório sobre a situação em Tete, onde denuncia a crescente onda de violência contra a população civil. Neste relatório o padre Costa descreve várias formas de tortura comumente utilizadas, incluindo a tortura física durante interrogatórios, a castração e a mutilação. Como o relatório sublinha, as ações de terror têm como alvo a população civil, procurando-se assim impedir que apoiem os guerrilheiros. O padre refere igualmente o nome de várias pessoas mortas, afirmando que as execuções, a tortura e a destruição sistemática de aldeias é realizada crescentemente por tropas irregulares, os Grupos Especiais (GEs), treinados e organizados seguindo o exemplo dos ‘marines’ norte-americanos.

7 de Agosto – Alerta sobre o uso de armas químicas em Moçambique

A edição da revista ‘Afrique Asie’ denuncia o uso de herbicidas pela tropa portuguesa em Moçambique (“matam a vegetação e tornam os solos estéreis). Os herbicidas haviam sido adquiridos por Jorge Jardim na África do Sul.

8 de Agosto – Miguel Murrupa inicia-se como jornalista na Beira

Semanalmente Murrupa, um detrator da FRELIMO, vai escrever artigos que vilipendiam a FRELIMO, apostando na integração de Moçambique no universo lusófono.



(Murrupa durante a conferencia de imprensa depois de se ter entregue às forças portuguesas – Arquivo Histórico Diplomático, Moçambique, pasta 8083)

Setembro – Encontro do Papa Paulo VI com religiosos oriundos das colónias

Na sequência de um apelo dos movimentos nacionalistas, ao apoio do papa na busca de uma solução ao conflito que opunha o governo português aos povos das colónias portuguesas, o Papa Paulo VI reúne-se em Roma com vários clérigos de Moçambique, incluindo o Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto. A mensagem do Papa é clara: *“Vocês não saiam de Moçambique, nem que morram no vosso lugar”*.

Setembro – Deteriora-se e a situação militar em Tete

A PIDE/DGS elabora um relatório pondo em causa as capacidades militares do General Kaulza de Arriaga. Neste relatório o General é descrito como estando ‘ávido de glória e propaganda’, fazendo crer aos que o rodeavam que se avizinhava uma ‘vitória estrondosa’ que só não era maior *“por deficiência de determinados departamentos governamentais”*. A polícia alerta o governo de Moçambique para a deterioração da situação militar em Tete, exigindo a substituição imediata de Kaulza de Arriaga, sob o risco de a situação se tornar desesperada.⁷

7 de Setembro – Cresce a agitação estudantil em Moçambique

Uma nota oficiosa do Governo-Geral de Moçambique informa que *“foi determinado o encerramento das instalações ou secções da Associação Académica de Moçambique, relativas às atividades irregulares que vêm exercendo para além dos seus estatutos”*.

⁷ Arquivo da Torre do Tombo – ANTT/PIDE, Processo SC CI(2), Pastas de Moçambique.

Exm. Senhor Chefe do Gabinete de Sua
Excelência o Ministro do Ultramar

MINISTERIO DO ULTRAMAR
SERVICOS DE INFORMATICA
16 JUL 1972
553 LISBOA
E-521

Sua Referência Sua Comunicação de 14.5.72 25 Nossa Referência 1.834-CI(2) Data 13/9/72

ASSUNTO: Agitação no meio universitário de Lourenço Marques

1. Para conhecimento de Sua Excelência o Ministro, tenho a honra de transcrever a V. Ex.ª uma informação de 7 do corrente, da Delegação desta D.G.S. em Moçambique, respeitante ao assunto em epígrafe, a qual foi presente a Sua Excelência o Governador-Geral:

"1. Em 6 do corrente, conforme estava previsto foi a A.A.M. encerrada, tendo sido apreendido pela DGS/D.MOÇ. vários materiais (expediente, livros, maquinaria, etc.).

- a. Os dirigentes académicos, após terem conhecimento de que as instalações da A.A.M. estavam a ser alvo de rigorosa busca, entraram em contacto com o Reitor a quem manifestaram a sua repulsa pelo sucedido. O Dr. FERNANDES DE CARVALHO lamentou a situação e disse ser impotente para a resolver. De regresso às instalações, o Presidente da A.A.M. reuniu-se com cerca de 50 a 70 estudantes, a quem transmitiu o resultado do contacto tido com o Reitor.
- b. Após a actuação da DGS/D.MOÇ., já os estudantes, em pequenos grupos, discutiam assuntos futuros, como por exemplo actividades a desenvolver e modo como as activar. Falava-se na possível constituição de uma Associação de estudantes, tipo flutuante, sem sede fixa, de modo a dificultar a acção policial. De quando em vez, estes comentários eram escutados pelo IVO, Presidente da A.A.M. que a todos pedia calma, dada a impossibilidade de entrarem em confronto com as Forças da Ordem. Falava-se, também, na compra de uma máquina duplicadora para futuros comunicados. De uma maneira geral, os estudantes são de opinião de que as suas actividades não podem parar, embora privados das suas instalações. Tudo continuará, embora, na clandestinidade.

MINISTERIO DO ULTRAMAR
SERVICOS DE INFORMATICA
16 JUL 1972
553 LISBOA
E-521

4189 - 20 000 ex. - 3-72 - T.E.C.P.L.

/...

(Arquivo da Torre do Tombo, ANTT/SCCIM/A/8/12)

11 de Setembro – Comunicado do Comando chefe das forças armadas sobre Tete

Neste comunicado o comando das forças armadas dá conta do avanço da luta em Tete, defendendo que era propósito da FRELIMO “fazer alastrar a subversão, dificultar a obra de Cahora Bassa e interdizer os seus acessos, perturbar o trânsito na estrada internacional, afetar a região da Angónia e atingir o istmo de Tete”.

A resposta de Portugal foi o “grande plano de reordenamento das populações, fundamentalmente sob a forma de aldeamentos [...] que permitiu e permitirá a uma escala crescente, não só subtrair as populações ao contato com o inimigo e protegê-las, como acelerar o seu desenvolvimento económico e social. Este reordenamento, juntamente com uma incessante ação militar e policial sobre os refúgios e elementos inimigos, [...] com os muitos trabalhos de construção de estradas e aeródromos e, ainda, com intensa ação de comunicação da verdade às populações conduziram, já, à paragem e início do retrocesso da subversão em Tete [...] e serão fatores da sua futura eliminação” (Arquivo Histórico Militar, Moçambique, FO63, SR4)

12 Setembro – Novo Chefe do Estado-maior

Nomeação do General Francisco da Costa Gomes para o cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas.

18 Setembro – Ataques da Frelimo

Ataque simultâneo da FRELIMO a várias bases militares portuguesas nas províncias do Niassa, Cabo Delgado e Tete.

22 de Setembro – Observadores na ONU

A Assembleia-Geral da ONU aprova a atribuição do título de observadores a representantes dos movimentos nacionalistas de Angola, Guiné e Moçambique.

25 de Setembro – Mensagem de saudação da FRELIMO

Esta mensagem exalta o trabalho clandestino e a resistência dos estudantes e trabalhadores nas cidades.

“O nosso povo nas zonas em luta está preparado e aceita hoje os maiores sacrifícios, sem trair nunca o seu ideal nacionalista, determinado a travar a luta até à vitória final. A estes trabalhadores anónimos da revolução pertence de facto o maior mérito dos nossos sucessos. Mas também nas zonas onde a luta armada não começou ainda, a tomada de consciência do povo, em apoio da FRELIMO, sem distinção de raça ou cor ou nível social – é cada vez maior. A este respeito queremos felicitar em particular a posição recente dos estudantes moçambicanos das Universidades, Escolas Técnicas e Liceus, que em esmagadora maioria se pronunciaram contra o colonialismo, pela independência nacional. [...] Saudamos os camaradas que no trabalho clandestino, principalmente nas cidades, a cada passo arriscam a vida, desafiando a máquina tenebrosa da PIDE, criando condições para que a luta armada também aí se estabeleça. Reconhecemos a coragem aos milhares de moçambicanos que pelo seu amor ao povo e à liberdade sofrem hoje nas prisões e nos campos de concentração dos colonialistas. [...] Exortamos todo o povo moçambicano, de todas as raças, credos religiosos, operários, camponeses, intelectuais, comerciantes, soldados no exército colonial, estudantes – a prepararem-se para o começo da luta armada na sua zona. O trabalho principal que lhes incumbe nesta fase é fundamentalmente de mobilização e organização – explicando aos que eventualmente não estão ainda esclarecidos, sobre os objetivos da FRELIMO, a necessidade e a razão da luta de libertação.” (Voz da Revolução, nº 12, de Setembro de 1972)

Novembro – Massacres em Moçambique

O jornal britânico Guardian revela que tropas regulares brancas rodesianas emboscaram e mataram mulheres e crianças moçambicanas numa localidade em Tete.

2 de Novembro – ONU

A Assembleia-Geral da ONU reconhece a legitimidade das várias lutas armadas contra Portugal em África.

2 de Novembro – Graves conflitos étnicos na Beira

Eclodem violentos confrontos nos bairros da periferia da cidade da Beira, entre cidadãos senas, ndaus e de outros grupos étnicos contra cidadãos chuabos. Este episódio de violência reflete os conflitos económicos e sociais que marcavam a sociedade colonial. Para deter esta onda de violência, que causou inúmeros mortos e feridos, foi necessária a ação da polícia militar.

6 a 12 de Novembro – Visita do diretor dos serviços secretos da África do Sul a Moçambique

Hendrik Johan van den Bergh, diretor da BOSS,⁸ visita Lourenço Marques. Van den Bergh revela a preocupação da África do Sul face à agravamento da situação militar em Moçambique, especialmente em Tete. Refere os planos de Ian Smith, que ponderava enviar forças rodesianas para intervirem diretamente na zona de manica e Sofala para estacar a progressão da FRELIMO para sul.

11 de Novembro – Ataques na linha de caminho-de-ferro de Tete

A Rodésia anuncia que rebentaram 20 minas na linha de caminho-de-ferro em Tete e acusa o general Kaúlza de Arriaga de negligenciar os novos métodos de combate antiguerrilha. Já em Portugal, Marcello Caetano numa das ‘conversas em família’ critica o *“alarmismo de alguns vizinhos de Moçambique”*. Marcelo Caetano afirma que a hipótese de negociar com os movimentos emancipalistas é ‘impossível’ e ‘sacrílega’.

13 de Novembro – Comité de Descolonização da ONU

O Comité de Descolonização da ONU reconhece os movimentos nacionalistas como legítimos representantes de Angola, Guiné e Moçambique e reclama a imediata transferência de poderes.

13 de Novembro - Inicia-se um novo curso de Comandos de Moçambique

Depois da prévia seleção do pessoal em várias Unidades de Moçambique, teve início em Montepuez (Cabo Delgado) o Sétimo Curso de Camando de Moçambique. As tropas Comando nasceram como força especial para lutar contra a guerrilha, correspondendo à necessidade do Exército Português de dispor de unidades especialmente adaptadas à guerra que, desde 1964 lavrava em Moçambique.⁹ Os comandos, juntamente com os fuzileiros e os caçadores, foram as primeiras tropas portuguesas treinadas para *“a luta anti-subversiva nos teatros da guerra colonial”*.



(imagem do curso – arquivo pessoal)

14 de Novembro – Fim de qualquer possibilidade de diálogo

⁸ Bureau of State Security.

⁹ Inicialmente surgem em Angola

Na sequência de um novo apelo da ONU ao diálogo para a independência, Marcello Caetano, chefe do governo português, recusa-se a negociar com os movimentos de libertação africanos, afirmando: “*Já tenho explicado que tal negociação é impossível*”.

21 de Novembro – Operação ‘Leopardo’

A Operação ‘Leopardo’ visava garantir a custódia a um comboio entre a Beira e Moatize e a quatro plataformas rodoviárias entre Moatize e o Songo (província de Tete). No regresso ao quilómetro 112 da linha de Tete verificou-se um rebentamento de engenho explosivo colocado pela FRELIMO, do que resultou o descarrilamento do comboio e a morte do maquinista e um funcionário dos Caminhos de Ferro de Moçambique.

22 de Novembro – Resolução da ONU

Nova resolução da ONU exigindo ao Governo de Marcello Caetano o início de negociações para a independência das colónias portuguesas em África.

Dezembro - Assalto aos serviços cartográficos do exército

Assalto aos serviços cartográficos do exército protagonizado por forças das Brigadas Revolucionárias, para obter um exemplar de cada mapa das colónias ali elaborados. Mapas (cerca de 200) entregues aos movimentos de libertação PAIGC, MPLA e FRELIMO.

4 de Dezembro – Ataque da FRELIMO a Mocumbura

Ataque da FRELIMO ao posto de Mocumbura, com armas pesadas, resultou na morte de 12 soldados portugueses e 8 soldados Rodesianos que estavam no posto. Dez casas foram seriamente danificadas.

4 a 30 de Dezembro – Reunião do Comité Central da FRELIMO

Nesta reunião do CC foi realizada a avaliação do andamento da luta e da consolidação das conquistas, em direção á independência de Moçambique. Como referido durante este encontro, “*Foi a luta armada que nos permitiu libertar grandes áreas do nosso país, fazer o nosso povo respeitado, restabelecer a nossa personalidade e dignidade. Mas devemos estar conscientes de que estes mesmos sucessos podem-nos trazer problemas - hoje o inimigo acena-nos com ‘autonomia’, com ‘Estados’, e isto pode confundir muitos de nós, levar-nos a relaxar a vigilância e deturpar o tipo de independência que queremos conquistar. É este o órgão que deve discutir os problemas, compreender as manobras do inimigo, popularizar a guerra, consciencializar o povo, democratizar os métodos de trabalho*” (Voz da Revolução, nº 14, de Dezembro de 1972).

10 de Dezembro – Morte de Zedequias Manganhela

Zedequias Manganhela, um dos pastores presbiterianos presos em Moçambique, é encontrado morto na sua cela na cadeia da Machava, alegadamente por suicídio. O reverendo Zedequias Manganhela era Presidente da Igreja presbiteriana de Moçambique. A morte de Manganhela vai suscitar uma onda de protestos internacional, obrigando o governo português a constituir uma comissão de inquérito sobre as

condições em que teria ocorrido a morte de Manganhela, inquérito este que não foi conclusivo.



(Reverendo Zedequias Manganhela – arquivo da autora)

16 de Dezembro – Massacre de Wiriyamu, Tete

Massacre efetuado por forças portuguesas na ZOT (Zona Operacional de Tete) através da ‘Operação Marosca’, levada a cabo pela 6ª Companhia de Comandos de Moçambique. Um conjunto de aldeias – especialmente Chawola, Wiriyamu e Juwau – situadas a cerca de 25 km para sul da cidade de Tete, foram alvo de um ataque violento por parte destas tropas especiais. Esta ação aconteceu numa zona crescentemente afetada pela guerra, e crucial para o transporte de matérias para a construção de Cahora Bassa. Fruto da política de militarização do território, a maioria da população estava a ser removida para aldeamentos estratégicos, procurando-se assim impedir que as populações aldeadas contactassem e apoiassem guerrilheiros da FRELIMO. De entre as explicações avançadas para este massacre surge o facto de a tropa portuguesa procurava retaliar um ataque lançado contra o exército português e, em simultâneo, capturar um dos mais importantes comandantes militares da FRELIMO na zona, Raimundo Dalepa. Entre as mais de duas centenas de vítimas deste massacre estavam crianças, mulheres, homens e velhos. A ordem dada – ‘Aphane Wense! Matem-nos a todos’, ‘liquidar tudo o que se movesse’ -, exprime a solução final que esta missão simbolizava. Na sequência desta operação as três aldeias foram completamente arrasadas, e a população civil aniquilada, tendo escapado com vida, e procurado apoio da Igreja, um grupo diminuto. Durante a reunião dos comprometidos, em 1982, um dos comandos que participou nesta operação descreveu-a na primeira pessoa: “*Numa manhã de Dezembro de 1972, estivemos estacionados junto de um rio; nessa manhã, a 6ª Companhia de Comandos, comandada pelo alferes Belo [Melo], e um grupo de cerca de dezoito elementos da PIDE comandados pelo Chico Feio de Tete,¹⁰ avançaram por grupos, tendo um avançado do lado Sul do rio e outro grupo do lado da estrada Tete-Vila Manica. Avançámos e chegámos a um certo lugar e ficámos lá. Na parte da tarde, por volta das 14 horas, tomámos conhecimento que o 4º Grupo tinha caído numa emboscada junto a um aldeamento onde tinha ido para capturar um régulo. Vimos sair helicópteros da cidade de Tete que carregaram, se não me falha a memória, o 1º e o 3º grupos e comandante da companhia, o alferes Melo. Minutos depois sobrevoaram, a zona 4 caças-bombardeiros G-91 Fiat, largaram bombas e começámos a ouvir tiroteio no*

¹⁰ Referência a Chico Kachavi, agente da PIDE/DGS. Chico Feio, seria morto com um agranada, já em 1973, durante uma ação de retaliação realizada por um guerrilheiro da FRELIMO.

meio; entretanto, o alferes do meu grupo, chamado Abreu recusou-se depois a avançar.”¹¹

Notícias deste massacre saíam de Moçambique em Fevereiro, levadas por padres. O governo português levaria a cabo várias investigações, que se revelariam ‘inconclusivas’.

Mais de 200 dias passados sobre o massacre, a 10 de Julho de 1973, nas vésperas de uma visita de Marcelo Caetano a Londres, o jornal britânico *The Times* denunciava o massacre. As publicações que se seguiram provocaram a indignação da comunidade internacional.

“... Wandering about the village the soldiers found a woman named Zostina who was pregnant. They asked her the sex of the child inside her. “I don’t know,” she replied. “You soon will,” they said. Immediately they opened her stomach with knives . . . “Look, now you know.” Afterwards the woman and child were consumed in the flames.”

“In spite of the difficulties which have arisen in making a complete list of the names of the victims of the massacre in the village of Wiriyamu (Mozambique), the sources of the detailed information we have collected give us the right to maintain the affirmation that there were more than 400 victims. . .”

**Report of the Burgos Missionaries,
quoted by Father Adrian Hastings,
London Times, 10 July, 1973**

A Comissão constituída pela da ONU para inquirir sobre o possível massacre de Wiriyamu publicou, já em Novembro de 1974, um relatório detalhado (do trabalho realizado sem apoio do governo de Portugal). O relatório concluía que não havia dúvida que *“os massacres foram da responsabilidade do governo português, parte integrante da política colonial”*.

22 de Dezembro – Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança da ONU aprova uma moção, por unanimidade, onde reafirma o direito inalienável dos povos de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique à autodeterminação e à independência. A ONU pede ao Governo português que cesse as operações militares e inicie conversações com ‘interlocutores válidos’ na procura de uma solução à guerra nos três teatros africanos.

26 de Dezembro – General Kaúlza manda arquivar o inquérito sobre Wiriyamu

Kaúlza de Arriaga manda arquivar um primeiro inquérito sobre os acontecimentos de Wiriyamu.

30 de Dezembro – Formação da OMM - Organização da Mulher Moçambicana

No final dos trabalhos do CC da FRELIMO é imitado um comunicado que refere: *“A ordem do dia da reunião incluiu a análise crítica dos trabalhos da FRELIMO, em particular do ponto de vista da eficácia e adequação aos princípios da Organização. [...] Foi reafirmado o princípio de que a nossa ideologia é aquela que corresponde aos interesses da grande maioria do nosso povo, à camada oprimida e explorada, que é a que hoje suporta o peso principal da luta de libertação. [...] O Comité Central considerou que uma das tarefas prioritárias da nossa luta deve ser o combate pela emancipação da mulher, combate que deve constituir uma preocupação essencial de*

¹¹ Depoimento realizado durante a reunião dos ‘Comprometidos’, em Maputo em 1982. Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo Oral, Fundo SM006.

todos os revolucionários moçambicanos, tanto dos homens como das mulheres. Isso permitirá não só mobilizar de maneira efetiva as potencialidades da mulher moçambicana ao serviço da luta contra o colonialismo português, mas também pôr um termo às práticas discriminatórias e exploradoras da sociedade tradicional e colonial em relação à mulher, permitindo-lhe assumir integralmente o seu papel de cidadã. A fim de impulsionar este combate pela emancipação da mulher o CC decidiu criar uma Organização das Mulheres Moçambicanas, que tendo por núcleo o Destacamento Feminino permita englobar todas as mulheres engajadas nos diversos sectores de atividade”. (Voz da Revolução, nº 14, de Dezembro de 1972)



Mulheres do Destacamento Feminino, que irão formar a OMM (Zimba, 2011)

1973: pressagiando o colapso do regime colonial?

1 de Janeiro – Vigília da Capela do Rato, Lisboa

Aproveitando a circunstância de se comemorar o Dia Mundial da Paz, um grupo de católicos progressistas realiza uma vigília em prol da paz em África. Esta ação de cariz anticolonial é feita na Capela do Rato, em Lisboa. Neste espaço foi organizada uma assembleia aberta a cristãos e não cristãos, para discussão do problema da guerra colonial, assunto proibido pelo regime colonial-fascista português. É aprovada uma moção que considera legítima a luta dos povos dos territórios portugueses, e condena a posição da hierarquia católica face à política belicista do Governo português. Em paralelo vários petardos colocados pelas Brigadas Revolucionárias, em diversos pontos da capital e arredores, espalham panfletos apelando à solidariedade com os grevistas da fome no largo do Rato. O texto denuncia a guerra colonial como uma causa de miséria do povo português e um instrumento de dominação. Esta ação foi interrompida pelo exército a 2 de Janeiro, tendo os participantes sido alvo de várias ações repressivas.

Janeiro. – Bispo denuncia Wiriyamu

O bispo de Tete, Augusto César da Silva, comunica ao governador-geral de Moçambique, Pimentel dos Santos, a ocorrência dos massacres na região de Wiriyamu.

9 de Janeiro – Conflito entre a Rodésia de Ian Smith e a Zâmbia

Conflito entre forças de defesa e segurança da Rodésia e da Zâmbia (do que resultou a morte de dois polícias sul-africanos que atuavam em território rodesiano). Na sequência deste ato a Rodésia encerra a fronteira com a Zâmbia. Como retaliação, a Zâmbia suspendeu as suas exportações pelo porto da Beira¹² e endureceu a sua presença militar ao longo da fronteira com a Rodésia. O conflito termina fruto da mediação internacional e Ian Smith, 1º Ministro da Rodésia, reabre as fronteiras a 4 de Fevereiro.

13 de Janeiro – “Defender o Ultramar”

Marcelo Caetano numa das ‘conversas em família’ declara que “*só temos um caminho: defender o Ultramar*”.

28 a 30 de Janeiro – 2º Congresso do COREMO

O Congresso tem lugar na Zâmbia, na base Ba Macheke, deste movimento. Participam neste congresso representantes das embaixadas do Zaire, Quénia e da Zâmbia.

29 de Janeiro – Kaulza quer mais poder

Kaúlza de Arriaga, como forma de ‘ganhar a guerra’, pede ao Governo um alargamento das suas competências em Moçambique, o que lhe é recusado.

Janeiro – Fevereiro – múltiplos ataques na estrada de Changara

Várias emboscadas e operações de sabotagem realizadas pelas forças da FRELIMO, particularmente na Estrada Internacional que liga a Rodésia a Tete (via Changara)

¹² Portugal era aliado da Rodésia.

resultaram na destruição de vários veículos militares e num número elevado de mortos entre soldados inimigos, incluindo um número importante de soldados rodesianos.

25 de Fevereiro – Termina o curso a 7ª Companhia de Comandos

Entre os dias 25 e 26 de Fevereiro têm lugar em Montepuez (Cabo Delgado) várias cerimónias militares, presididas pelo General Kaulza de Arriaga, a propósito do encerramento do 7º curso de Comandos e formação da 7ª Companhia de Comandos de Moçambique.

“A cerimónia de imposição de insígnias e constituição da 7ª Companhia de Comandos de Moçambique foi presidida pelo General Comandante-Chefe, Kaulza de Arriaga. Presentes também, o Governador do Distrito de Cabo Delgado, Comandante Santos Prado, o Brigadeiro Neto, Comandante da 3ª Região Aérea, o Comandante do Sector “B”, Coronel Damião, e os Cônsules da Alemanha, dos Estados Unidos e da África do Sul, acreditados em Lourenço Marques. [...] Esta nova Companhia é predominantemente constituída por africanos que, tal como os europeus, são naturais de Moçambique. Entre os soldados, nomeadamente, a percentagem de negros é de 55,5 por cento. [...] A 7ª Companhia de Comandos de Moçambique será comandada pelo Capitão Abrantes dos Santos. No final da sua instrução, e como já é habitual também, este grupo realizou uma operação, que teve o nome de código “OUSADIA 3” e em consequência da qual foram abatidos cinco elementos IN, outros quatro feridos e capturada uma espingarda semi-automática Simonov, sendo também destruídos vários abrigos. Esta operação decorreu na região de Macomia, a norte de Cabo Delgado.”

MAIS 111 JOVENS DEFENDEM PELAS ARMAS NO ESTADO DE MOÇAMBIQUE A PAZ SOCIAL DA NAÇÃO PORTUGUESA

MONTEPUEZ (Dos hossos enviados especiais) — Conforme foi oportunamente noticiado na nossa edição de ontem, realizou-se, no passado domingo, nesta cidade, a cerimónia de encerramento do 7.º Curso de Comandos da Região Militar de Moçambique, a qual decorreu no Centro de Instrução, aquartela do nº Batalhão de Comandos, sob a presidência do General Comandante-Chefe das Forças Armadas deste Estado, General Kaulza de Arriaga, e com a presença de diversas individualidades civis e militares, além de muito público.

A jovem cidade deste importante rincão português, vestiu antecâmara as suas galas para festejar condignamente a consagração de mais uma companhia de jovens «Comandos» prontos a palmilhar matas, entre picadas e trilhos majestosos, em defesa da integridade do solo pátrio e manutenção da ordem e paz neste vasto território nacional.

Presenças entre muitas outras individualidades, encontravam-se também membros do corpo consular residentes na capital do Estado Português de Moçambique, designadamente os Cônsules dos Estados Unidos da América, África do Sul e da Alemanha, o Comandante da Região Aérea de Moçambique, brigadeiro Diogo Neto, Governador do distrito de Cabo Delgado, Comandante Santos Prado e esposa, Presidente do Município local, Administrador dr. Faria de Carvalho e esposa, Comandante do Sector «B» da R.M.M., Coronel Trocinado Damião, Comandante do Batalhão de Comandos de Cabo Delgado, Alcaide Municipal

Após corresponder à saudação militar que lhe foi dirigida pelo pessoal da guarda, na porta de armas, o Ilustre visitante entrou no aquartelamento, onde decorreu a cerimónia de cumprimentos de todos os oficiais, ali em serviço.

Ainda acompanhado do Governador do distrito, Comandante da Região Aérea e Comandante do Sector «B», o General Kaulza de Arriaga dirigiu-se em seguida para a tribuna, onde já se encontravam muitas outras individualidades, expressamente convidadas para a cerimónia.

INÍCIO E DESENNOLAR DA CERIMÓNIA

Depois da continência que lhe foi prestada pelas forças em parada, com termo de clarim, num total de três companhias, sob o comando dos capitães Moura, Carrapeto e Abrantes, respectivamente da 32.ª, 34.ª e 7.ª Companhias, o General Kaulza de Arriaga

permaneciam vivos ainda, os seus camaradas tombados.

A outra nota de extrema sensibilidade que este momento revestiu, foi aquela que se relaciona com a marcha dos cinco «comandos», aqueles que foram os maiores amigos dos cinco militares falecidos, transportando as armas e boinas destes, a fim de serem depositas em frente à Bandeira Nacional, onde permaneceram até ao final da cerimónia.

APRESENTAÇÃO DA 32.ª COMPANHIA RECENTEMENTE VINDA DA SUA ÚLTIMA INTERVENÇÃO

Siguidamente, o capitão Rodrigo Moura, procedeu à apresentação da 32.ª Companhia, sob o seu comando, a qual acaba de regressar da sua última intervenção, tendo depois feito entrega do material capturado ao inimigo.

Durante o 6.º período de intervenção, sob o comando do CPTI, esta Companhia realizou as seguintes operações: na zona ene-

No momento da entrega dos crachá, o camarada que procedia à entrega do mesmo proferia a frase: «Então vai e cumpre a tua missão».

Como já vem sendo «ponto de honra» em instrução para Comandos, também este grupo realizou algumas acções, incluídas na parte final da sua preparação. Assim, na operação «Ousadia 3», por exemplo, foram mortos quatro terroristas, feridos outros quatro e capturada uma espingarda semi-automática «Simonov» e vários refúgios destruídos.

Sob o comando do capitão Abrantes dos Santos, estas operações decorreram na região de Macomia, a norte de Cabo Delgado.

A preparação militar visando a formação dos novos comandos, da 7.ª Companhia, teve a duração de 15 semanas, tendo os instruídos sido submetidos a um treino severo e completo que se desenrolou nas áreas de Montepuez e Macomia.

Integrado no ritual «Comandos», teve posteriormente lugar a esta

«Comandos», desfilaram ativamente e garbosamente, com a imponência e impenitabilidade que os caracteriza, perante a tribuna de honra, dando por finda esta cerimónia.

INAUGURAÇÃO DE UM MODERNO BAR NO BAIRRO DOS OFICIAIS

Depois de um pequeno bobereite que decorreu nas instalações daquele quartel, com a presença do General Comandante-Chefe e esposa, e de toda a sua comitiva, teve lugar na Messe dos Oficiais em Montepuez, situada no Bairro do mesmo nome, a inauguração de um moderno bar, oferecido pelo General Kaulza de Arriaga à oficialidade do Batalhão de Comandos.

A encerrar a cerimónia foi oferecido posteriormente, um almoço de confraternização a todos os convidados, no refeitório geral dos praças, a que assistiram também além do General Kaulza de Arriaga e esposa, o Comandante

(Diário de Notícias, de 27 de fevereiro de 1973)

A africanização da guerra foi uma das estratégias seguidas pelo exército português em Moçambique. Esta opção explica-se pela exaustão de homens na metrópole e pela necessidade de ir criando uma força local, africana, que assegurasse a guerra localmente. Para além da sua integração no exército formal,¹³ as tropas negras integraram vários contingentes ‘irregulares’: grupos de milícias, GEs,¹⁴ GEPs,¹⁵ GEPCs,¹⁶ OPVDs,¹⁷ Flechas,¹⁸ participando em ações de “*defesa e manutenção de segurança*” das populações que habitavam Moçambique.

Março – primeiras ações de Flechas em Moçambique

Entram em ação os primeiros Grupos de Flechas de Moçambique. Atuavam em Tete e Vila Cabral (atual Lichinga) e nos finais do mesmo ano entraram ao serviço os Grupos de Vila Pery (atual Chimoio) e da Beira. Os Flechas eram uma organização paramilitar que era controlada pela PIDE/DGS, apesar de operacionalmente estavam sob o Comando do Exército. Terão participado nos massacres de Inhaminga.

¹³ Em Moçambique, aquando do início da guerra, em 1964, o recrutamento local representava 43,9% de um efetivo de 18.049 homens. Em 1973, este número crescera já para 53,6%, correspondendo a 27.572 homens.

¹⁴ Grupos Especiais. Juntamente com os GEPs e GEPCs, fazem parte da estratégia de africanização da guerra. Estas ‘forças de recrutamento local’ criadas em 1971 estavam colocados sob responsabilidade direta do comando-chefe das forças portuguesas em Moçambique.

¹⁵ Grupos Especiais de Paraquedistas.

¹⁶ Grupos Especiais de Pisteiros de Combate.

¹⁷ Organização Provincial de Defesa Civil, corpo de voluntários civis (de ambos os sexos) encarregue de prestar auxílio ao exército português em Moçambique. As forças da OPVDC, uma das milícias que atuavam no espaço colonial, tinham por função garantir a defesa civil das populações, subordinando-se diretamente ao governador-geral da província. Era o equivalente da Legião Portuguesa em Portugal metropolitano.

¹⁸ Unidades militares criadas sob apanágio da PIDE/DGS. Os Flechas eram compostos por homens de locais, especializados em seguir o rasto, reconhecimento local e operações antiterroristas. Organizados em batalhões, os grupos de Flechas (vários de entre eles detratores da FRELIMO) estavam equipados com armas do exército português, embora usassem também armamento capturado ao ‘inimigo’. Em Moçambique a sua ação foi bastante reduzida, tendo tomado parte em operações essencialmente em tete e Manica e Sofala, entre 1973 e 1974.

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE
QUARTEL GENERAL

3ª REPARTIÇÃO/CC/RMM (a)
INFORMAÇÃO N.º 1602/C-73
 P.º 320.74.12
 DATA 22NOV73

ASSUNTO FORÇAS DOS FLECHAS EM TETE-PROPOSTA DE DIRECTIVA

REFERÊNCIAS

PARECER	DESPACHO
<p>1ª Repartição Superior 23 Nov 73 <i>[Assinatura]</i></p>	<p><i>[Assinatura]</i> <i>[Assinatura]</i></p>
<p>1. Encontram-se em TETE forças dos FLECHAS da D.C.S. para actuação naquele distrito. Prevê-se que um grupo de cerca de 50H tenha base de actuação no FURANCUNGO e outro grupo de cerca de 60H e tenha no ZUMBO.</p> <p>2. Conforme já foi acordado para actuação de forças das FLECHAS no Sector "A" e para a instrução pré-operacional no CTC, propõe-se que relativamente à actuação daquelas forças em TETE seja difundida uma Directiva nos seguintes termos gerais:</p> <p>a. A actividade operacional a desenvolver em território nacional se-lo-á sob orientação e controle operacional do Comando da ZOT, que poderá delegar nos Comandos dos Sectores ou Sub-Sectores. Em princípio os FLECHAS serão empregadas em contra-infiltração, onde as populações já estejam recolhidas e reordenadas.</p> <p>b. Seja estabelecida estreita coordenação da actividade daquelas forças com a actividade operacional das NT a fim de evitar incidentes, dada a natureza da constituição das mesmas forças.</p>	

Ref. 100DV-D. B. I.

.....//3.....

2584-Gráfica Nampula-12-72

(Documento obtido no Arquivo Histórico Militar, Fundo FO63 – Moçambique, SR. 11)

4 a 16 de Março – Iª Conferência da OMM

Dando conta da importância das mulheres na luta pela libertação de Moçambique, no seio da FRELIMO, esta conferência identificou a luta armada (combate), a mobilização, organização e defesa das populações; o transporte de armamento; a produção de alimentos; o recrutamento; a segurança; cuidado nos infantários; trabalho clandestino, como as múltiplas áreas em que as mulheres participam. Procurando identificar os principais problemas que afetavam a luta pela emancipação da mulher a conferência apontou que os “ritos de iniciação” como “uma das manifestações da concepção dominante no sistema tradicional sobre a posição inferior da mulher na sociedade. Outras manifestações desta ideia são, por exemplo o lobolo, que coloca a mulher na posição de objeto de compra e venda, e a caracteriza aos olhos do comprador, marido, como simples instrumento de prazer e reprodução; a poligamia; e os casamentos forçados e prematuros.[...] Além de refletirem uma concepção reacionária, estas práticas constituem um sério obstáculo à integração da mulher na luta de libertação, em 2 níveis: pela alienação a que condicionam a mulher; e por prenderem a mulher exclusivamente à vida doméstica ou à produção agrícola ao serviço do marido, roubando-lhe qualquer perspectiva de participação nas tarefas políticas, culturais e sociais. O sistema colonial veio piorar esta situação, [...] por submeteu a mulher moçambicana a uma dupla opressão e exploração: uma, de carácter geral, [...] e que se manifesta no trabalho forçado, culturas forçadas, prisões arbitrarias, discriminação racial, etc. Outra de carácter específico, dirigida só à mulher. Separando-a do marido pelo trabalho forçado, privando-a dos meios de sustento do lar e dos filhos, o

colonialismo criou deste modo condições para forçar a mulher a recorrer à venda do seu corpo, a prostituir-se, para poder sobreviver. [...] A conferência veio confirmar que a contradição fundamental opunha a mulher moçambicana ao sistema de opressão e exploração, o qual “exclui a mulher da tomada de decisões concernentes à vida da sociedade, mesmo aquelas que lhe dizem diretamente respeito”. Discutindo os riscos da adesão acrítica a propostas feministas, as delegadas avaliaram o perigo de desvirtuamento na definição do inimigo, “exemplificando com a posição dos ‘movimentos de libertação das mulheres’ que proliferam nos países capitalistas. Esses movimentos dirigem o seu combate contra o homem, acusando-o do estado de opressão e exploração em que as mulheres se encontram. [...] Os homens trabalhadores são eles próprios também explorados e oprimidos nessas sociedades, juntamente com as mulheres, e que as eventuais concepções reacionárias deles face às mulheres lhes foram ministradas pelo sistema em que vivem”. Em suma, a libertação da mulher está intimamente ligada á libertação do homem”, partilhando ambos o inimigo e os objetivos de luta. Neste sentido, o caminho para a libertação da mulher, sublinhado durante a Conferência, “é a sua integração nas tarefas da luta, no processo revolucionário, [...] apressando o momento da sua libertação e abrindo novas perspectivas ao destruir pela prática a concepção que a relegava para um papel passivo na sociedade”. Refletindo sobre a centralidade da orientação política, a conferência defendeu que “esta participação tem de incluir-se no quadro da FRELIMO, a organização política revolucionária que assume a totalidade dos interesses do povo explorado, capaz de dar à mulher uma orientação correta e definir-lhe as tarefas”.



(Voz da Revolução, nº 16, de Março de 1973)

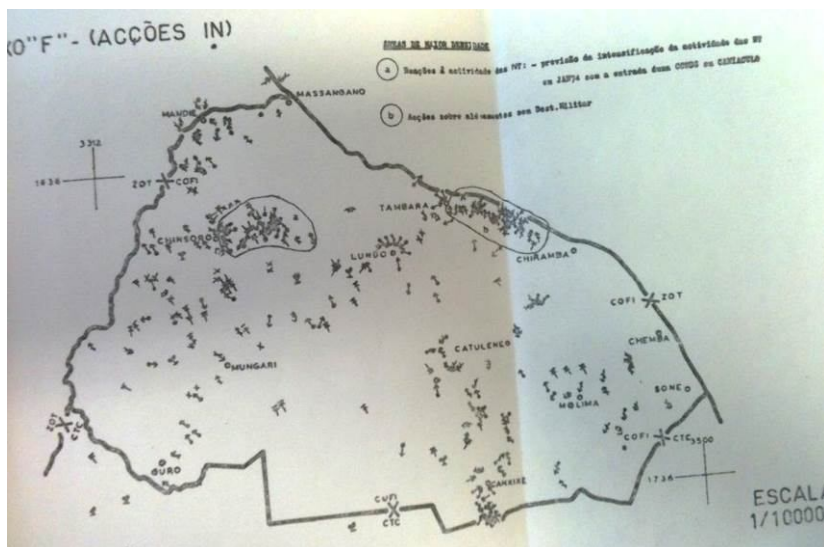
15 de Março – FRELIMO ataca Tete

Na cidade de Tete, que já havia sido atacada com foguetões de 122 mm, é abatido um avião da Força Aérea de Portugal por um míssil soviético *Strella* (tipo SAM7). Ataques semelhantes terão também lugar em Mueda. Para a PIDE/DGS, “a continuarmos assim, apáticos ao perigo que nos cerca, não tardará que o inimigo nos metralhe no próprio centro da cidade, tão fraca é a vigilância que exercemos para nossa defesa”.

O crescendo da atividade militar da FRELIMO na zona de Tete traduziu-se em ataques a posições militares, ações contra meios aéreo, etc. Em simultâneo, a explicação política da razão da luta, associado ao crescente descrédito das forças portuguesas levavam a uma crescente fuga das populações ou para os países vizinhos, ou para zonas sob controlo do movimento nacionalista.¹⁹

¹⁹ Entrevista a um antigo militar na frente de Tete realizada em Maputo, em Maio de 2012.

A deterioração da situação político-militar no norte de Moçambique vai instalando um clima de insegurança, principalmente entre a população branca, que se vai mostrando descrente da capacidade dos militares conduzirem a guerra. Associada à insegurança, o crescimento da guerra trouxe consigo o aumento do custo de vida e a escassez de produtos. Na cidade da Beira vários grupos de colonos manifestam-se contra os militares, tendo sido dispersados à bastonada.²⁰



(Ações do 'inimigo em Tete', 1972 – Arquivo Histórico Militar)

16 de Março – Vietnamização da África Austral

Numa notícia publicada no Notícias da Beira Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia, alertou para “*um tipo de conflito tipo Vietname que tem vindo a tomar forma na África Austral*”.

25 de Março – Conferencia Italiana de Solidariedade

Realizada em Reggio Emilia, esta conferência propôs-se Conferencia reunir e sensibilizar as numerosas forças políticas, sindicais, culturais, laicas, e religiosas italianas, que se opunham ao colonialismo, para estudar as melhores formas de reforçar o apoio aos movimentos de libertação nas colónias portuguesas. Participaram na conferência representantes dos partidos socialista, comunista, democratas-cristãos e republicanos. A Conferencia, que teve muito êxito, adotou uma declaração geral apelando ao povo italiano “*para que intensifique o seu apoio à luta dos povos das colónias portuguesas pela independência nacional completa*”.

28 de Março – Rebentamento na linha de comboio do Niassa

Um comboio que circulava na linha de Nova Freixo (atual Cuamba) com 18 vagões, ficou com a locomotiva e 6 vagões destruídos ao acionar uma mina.

Abril – Termina a elaboração do relatório Vonnez

Termina a elaboração do relatório sobre torturas na cadeia da Machava. Escrito em francês, este relatório de 25 páginas tem por título “*Testemunhos sobre os acontecimentos ocorridos em Junho-dezembro 1972 na prisão de Machava (Lourenço*

²⁰ Arquivo da Torre do Tombo – ANTT/PIDE, Processo SC CI(2), Pastas de Moçambique.

Marques)”. Em anexo inclui alguns mapas, com a localização dos pavilhões, assinalando aqueles onde estariam presos de mais envergadura ou a ser interrogados. O “relatório Vonnez”, sai discretamente de Moçambique nas mãos de um anónimo, que o faz chegar à Suíça, onde é divulgado. Dados do relatório apontam que na cadeia da Machava estavam detidas mais de mil presos políticos.

Maio de 1971 – expulsão de Padres Brancos de Moçambique

33 membros da congregação Padres Brancos são expulsos de Moçambique por tomarem posições contra a situação colonial em Moçambique, denunciando massacres, violações de direitos, etc.

Junho

A convite da FRELIMO, um grupo de cineastas da então Alemanha Ocidental visita as zonas libertadas de Cabo Delgado. Os cineastas são vítimas de bombardeamentos por parte do exército português, usando aviões FIAT G-91s, fornecidos pela Alemanha.

1 - 3 de Junho - Iº Congresso dos Combatentes do Ultramar

Desenrola-se no Porto o Iº Congresso dos Combatentes do Ultramar, através do qual o Governo pretende demonstrar, interna e externamente, a ‘adesão entusiástica’ dos militares à política colonial de Portugal. A sua forma de organização antidemocrática desencadeia um amplo repúdio no seio das Forças Armadas.

24 de Junho – Contactos com a Zâmbia

Jorge Jardim, um dos políticos portugueses de influência em Moçambique, inicia os contactos secretos com a Zâmbia, para as negociações com a FRELIMO quanto ao futuro político de Moçambique. Para a Zâmbia, país que necessitava de acesso ao mar, a melhoria das relações com Portugal e o fim da guerra eram imprescindíveis para o melhoramento da economia zambiana. Iniciava-se assim formalmente o caminho para a autonomia política de Moçambique, à revelia das posições de Lisboa.

Julho a Outubro – Jorge Jardim na Zâmbia

Jorge Jardim, empresário português da Beira, visita várias vezes Lusaka na busca de um acordo regional que permita o fim da guerra e a autonomia política de Moçambique.



(Jorge Jardim e filha, na Beira – Arquivo da autora)

Jardim busca criar uma frente política interna, incluindo vários desertores da FRELIMO, na tentativa de criar uma solução política. Jardim, que foi recebido pelo presidente Kaunda, irá negociar com Mark Chona, um dos conselheiros do presidente

zambiano para as relações internacionais. Para Jardim havia duas FRELIMOs: a ‘de fora’, os guerrilheiros, e a ‘frente interna’, de quem Jardim se afirmava dirigente.²¹

1 de Julho – Ataque da FRELIMO à região da Gorongosa

Ataque da FRELIMO a um acampamento da SAFRIQUE, na região de Nhamacala (Manica e Sofala). O ataque visou, entre outros, um avião estacionado na pista, do qual resultou a morte do médico pessoal do presidente espanhol Francisco Franco, dr. Angel Garabaizal.

3 de Julho – Regresso de Domingos Arouca a Moçambique

Num artigo publicado pelo Notícias da Beira dá-se conta do regresso a Moçambique, depois de cumprida a pena de 8 anos de cadeia por atividades subversivas, do advogado Domingos Arouca, colocado sob residência fixa em Inhambane. Arouca havia sido preso em 1965, acusado de ser um dos dirigentes da FRELIMO clandestina em Moçambique. Cumpre parte da pena em Portugal, na prisão de Caxias.

Arouca, um nacionalista que não subscrevia a opção marxista seguida pela FRELIMO, tornar-se-á um dos homens que apoiará o projeto de Jardim para Moçambique.



(Revista Tempo, edição de 14 de Julho de 1974)

9 de Julho – Demissão do General Kaúlza

Marcello Caetano, na sequência do falhanço da operação Nó Górdio e do escândalo do massacre de Wiriyamu, demite Kaúlza de Arraga. Como Caetano lhe escreveu então, *"reconheço a vantagem, para si, para Moçambique, para todos nós, em outra pessoa rever os conceitos e as tácitas da ação anti-subversiva em Moçambique"*.

10 de Julho – Ataque a um comboio

A linha férrea Beira-Tete é atacada, tendo as minas colocadas nos carris destruído a locomotiva e levado ao descarrilamento de 20 vagões. Na sequência deste ataque morreram 8 soldados portugueses. Dois meses depois, a 26 de Setembro, novo ataque acontece no mesmo troço, tendo sido destruída outra locomotiva e descarrilado vários vagões.

11 de Julho – Governo português desmente massacre

Desmentido oficial do Governo português acerca dos massacres de Wiriyamu.

²¹ Entrevistas realizadas em Moçambique, em 2011 e 2012.

13 de Julho – Publicação do Decreto-Lei n.º 353/73

A publicação do Decreto-Lei n.º 353/73 (e posteriormente do 409/73, com pequenas alterações), deu origem à entrada de milicianos nos quadros permanentes de oficiais do Exército. Este decreto criava um conjunto de condições que facilitava o ingresso dos oficiais milicianos no Quadro Permanente, medida que vai incrementar a contestação já latente nos oficiais desse Quadro, tornando-se o verdadeiro rastilho para a criação do futuro Movimento dos Capitães, génese do Golpe de Estado de 25 de Abril de 1975.

17 de Julho – Ataque da FRELIMO ao Chitengo

Guerrilheiros da FRELIMO atacaram um acampamento de turistas em Chitengo, no Parque Nacional da Gorongosa. A guerra alastra-se cada vez mais à zona centro.

17 de Julho – Manifestação de desagrado em Lourenço Marques

Mais de 40 mil pessoas manifestaram-se em Lourenço Marques, então capital de Moçambique, exibindo o seu desagrado contra a campanha internacional de descrédito e crítica à política colonial portuguesa. Falando na altura o governador-geral de Moçambique, Pimentel dos Santos, afirmou: “*Somos [Portugal] o único país que continua a dedicar-se, silenciosamente, ao conceito de sociedade multirracial, que é a nossa resposta aos problemas de África e do mundo.*”

18 de Julho – A FRELIMO é igual ao IRA

Numa entrevista em Londres Marcello Caetano comparou a luta que Portugal trava contra a FRELIMO à que o Reino Unido mantém contra o IRA

War against Frelimo ‘like fight with IRA’

By David Leigh

Dr Caetano, the Portuguese Prime Minister, yesterday compared Portugal's war against the Frelimo guerrillas to Britain's fight against the IRA. He was explaining Portuguese reluctance to let an international inquiry investigate massacre accusations.

21 de Julho de 1973 –Papa Paulo VI e os massacres em Moçambique

O Papa Paulo VI sublinha, sobre a violência em Moçambique: “*ninguém poderá acusar os missionários de favorecerem a opressão daqueles a quem levam a mensagem evangélica [...] de terem deixado passar impunemente os crimes cometidos contra populações indígenas.*”

23 Julho – Encontro de Jardim com Kenneth Kaunda

Jorge Jardim encontra-se com o presidente da Zâmbia em Lusaka, concordando ambos que a “*independência de Moçambique é a única solução política*”.

Deste encontro nasceu o ‘Protocolo de Lusaka’. Do ponto de vista zambiano, Portugal deixaria de se envolver com a África do Sul e a Rodésia, e de acusar a Zâmbia e a Tanzânia de serem estados comunistas e a FRELIMO de ser um bando de “*desordeiros*”

e comunistas”. Em contrapartida, aquele país favoreceria a criação de uma comunidade lusíada, incluindo os países de África e o Brasil, na qual Portugal adquiriria uma posição central.

Como se veria adiante, Jorge Jardim ambicionava proteger os interesses da comunidade branca em Moçambique, através da declaração, a curto prazo, de independência política, com ou sem golpe de Estado, onde o poder se mantinha nas mãos da minoria branca, ainda que não excluísse a participação da FRELIMO em futuras eleições a realizar e num eventual governo de transição e a possibilidade de haver uma figura central o governo negra.

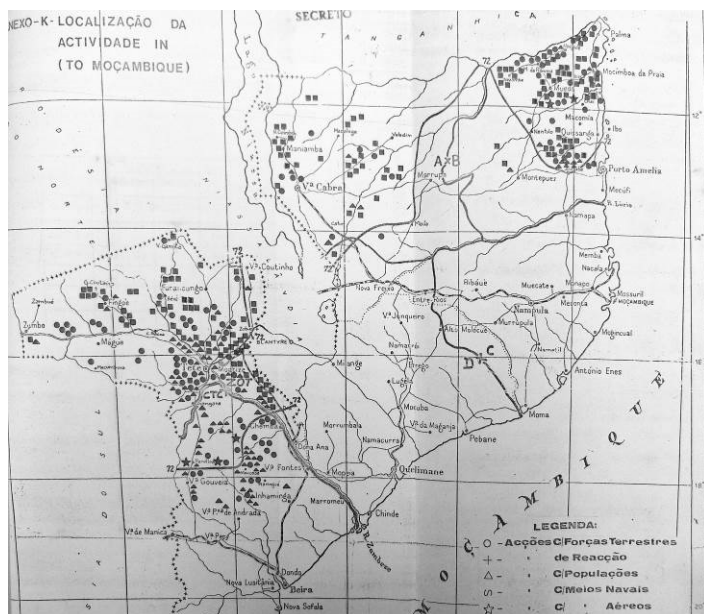
26 de Julho – Pronunciamento de Marcello Caetano sobre o futuro das colónias

Num discurso divulgado pela rádio e televisão Marcelo Caetano denuncia a campanha internacional difamatória contra Portugal, afirmando que não era política do governo defender o extermínio das populações africanas, e que o país nunca abandonaria as suas possessões ultramarinas. *“Todas as outras soluções, para além daquela que Portugal adotou seriam catastróficas, catastróficas para os que vivem em Angola e Moçambique, catastrófica para Angola e Moçambique, catastrófica para o futuro da África Austral, catastrófica para a Europa, enfim, catastrófica para o equilíbrio e a paz no mundo. [...] O objetivo de Portugal é de integrar todas as raças numa única sociedade portuguesa. As outras soluções seriam a de deixar os brancos proclamarem a independência, de acordo com o modelo rodesiano, e com todas as dificuldades que se conhecem, ou entregar o poder aos chamados movimentos de libertação, o que equivale a entregar as populações indígenas à incompetência dos chefes destes movimentos e a lutas tribais, o que traria consigo a expulsão dos brancos. A ameaça à África do Sul e à Rodésia desenha-se assim perfeitamente. [...] Todas as ordens do governo português são de evitar a violência, de reprimir a crueldade e de garantir justiça às populações. As autoridades civis e militares têm ordens para procurar conquistar o espírito e não matar as gentes”*.

26 Julho – Substituição de Kaúlza

O General Kaúlza termina funções a 31 de Julho, sendo substituído pelo General Basto Machado no cargo de comandante-chefe de Moçambique. É o reconhecimento do falhanço da operação Nó-Górdio, anunciada por Kaúlza como o torniquete para aniquilar a FRELIMO. Kaúlza passa a liderar o que António de Spínola designa de ‘a revolta dos generais’, em rutura à direita com a política de Caetano.

O novo Comandante-Chefe deu continuidade à política militar de Kaúlza: procurar reduzir as infiltrações a partir do estrangeiro, reduzir a implantação da subversão, aniquilando o inimigo e destruindo os seus meios de subsistência, impedir a sua expansão para sul, garantir a segurança dos trabalhos em Cahora Bassa e apoiar o reordenamento das populações. Especificamente, quanto a Cabo Delgado, procurava proteger a operação “Fronteira” e garantir a segurança de Mueda, Mocímboa da Praia e de Porto Amélia. Em Tete e a Sul dos rios Luenha e Zambeze, considerava prioritário garantir a segurança da construção da linha de transporte de energia Cahora Bassa, bem como a segurança do transporte das cargas críticas para a barragem. Para sul o objetivo era parar as infiltrações da FRELIMO e a proteção das comunidades portuguesas.



Situação militar no centro norte de Moçambique em finais de 1973

27 de Julho – Kaunda consulta FRELIMO

Kaunda, presidente zambiano, contacta dirigentes da FRELIMO sobre a proposta avançada por Jardim, no sentido de uma aproximação da Zâmbia a uma solução de ‘comunidade lusíada’ na região.

Finais de Julho – Encontro em Lubumbashi de movimentos de libertação

Na cidade de Lubumbashi²² decorre um encontro de vários movimentos de libertação da África austral – FRELIMO, MPLA²³ e FNLA²⁴ - para discutir estratégias para avançar com o processo de libertação de Angola e Moçambique. Participaram também os presidentes da Zâmbia, do Zaire e da República do Congo.

Julho-Agosto – A luta chega à região da Gorongosa

As ações armadas da FRELIMO estendem-se para sul, chegando à Gorongosa.

Agosto – Reunião de quadros da FRELIMO em Tete

Esta reunião serviu para avaliar as condições do sucesso da luta armada, que se expandia para sul. De entre as principais referências destacaram-se 6 pontos: 1) a unidade, gerada nas “*trocas de experiência de sofrimentos, na discussão dos nossos problemas, na crítica e autocrítica, na produção coletiva, e no estudo coletivo*”; 2) o saber ganhar novas forças para a causa, aceitando “*nas suas fileiras, sem discriminação, os brancos Moçambicanos que se identificam com a nossa causa e estão dispostos a lutar contra o colonialismo*”; 3) mobilizar e consciencializar o povo, incluindo “*armar a população, organizar a defesa e proteção das povoações, celeiros e machambas*”; 4) elevar a consciência política dos quadros e combatentes, “*aprofundando a definição do inimigo, o conhecimento da sua natureza e brutalidade. [...] Um exército ignorante e sem consciência política será inevitavelmente derrotado*”; 5) elevar o nível combativo

²² Então Zaire, atual República Democrática do Congo.

²³ Movimento Popular para a Libertação de Angola.

²⁴ Frente Nacional para a Libertação de Angola.

do exército; 6) engajamento permanente na formação: “*não podem existir momentos de ociosidade e relaxamento*”.

10 de Agosto – Jardim contata Marcello Caetano

Jorge Jardim apresenta a Marcello Caetano uma versão dos contactos mantidos na Zâmbia, omitindo a intenção da independência. Comunicará igualmente esta versão ao Governador de Moçambique, assim como a Kaúlza de Arriaga, já de partida.

Setembro – Outubro – Episódio de cólera

Entre Setembro e Outubro de 1973, no centro de Moçambique, na região de Manica, em áreas sob controlo da FRELIMO, centenas de pessoas morrem com os sintomas de cólera: temperatura baixa, vômitos e diarreia. Ao fim do terceiro dia tinham morrido mais de mil pessoas, esperava-se que morressem muitas mais, mas a suposta epidemia acabou de forma abrupta, em 72 horas.

Num inquérito levado a cabo pelas Nações Unidas, refere-se durante este episódio de cólera, quer as tropas da Rodésia que apoiavam as portuguesas, quer as próprias tropas portuguesas, foram vistas a transportar água pura em latas, situação anómala na altura, já que até então, as tropas portuguesas e a Frelimo sempre tinham usado as mesmas fontes de água. Neste relatório, tornado público na Assembleia Geral da ONU em 1974, afirmava-se: “*há fortes suspeitas de que as mortes tenham resultado de envenenamento da água, o que talvez indique uma política de genocídio*” por parte do governo português.

1 de Setembro – Excessos em Wiriyamu

Na sequência das denúncias feitas internacionalmente sobre massacres em Moçambique, o governo português é forçado a abrir um novo inquérito ao caso Wiriyamu. O relatório produzido afirma que “*forças isoladas, agindo contra ordens recebidas, cometeram, pelo menos, um ato de represália*” contra a população”. Falando sobre o caso, Marcelo Caetano admite que foram ‘cometidos excessos’ na localidade de Chawola, em Moçambique.

9 de Setembro – Movimentos dos Capitães assina exposição

Reunião em Évora, do Movimento dos Capitães, onde é assinada uma exposição coletiva por 136 oficiais. Neste encontro terá nascido, formalmente, o ‘Movimento dos Capitães’. Exige-se a revogação do Decreto 353/73. Um abaixo-assinado será entregue na Presidência da República e na Presidência do Conselho de Ministros

12 de Setembro – Protocolo de Lusaka

Documento produzido pela Zâmbia, depois de consultados os movimentos nacionalistas (FRELIMO e COREMO), como resposta à aproximação de Jardim. Este documento - “Pontos de vista da Zâmbia na evolução dos territórios africanos portugueses” -, ficou conhecido como o ‘Protocolo de Lusaka’. No documento a Zâmbia defende o “*estabelecimento de uma Comunidade Lusíada compreendendo os antigos territórios portugueses incluindo o Brasil. Uma associação destas, na qual Portugal teria uma posição dominante*”. Esta proposta visava salvaguardar a primazia de Portugal na região e no mundo.

23 de Setembro – Lisboa, audiência para fundar grupo político em Moçambique

Máximo Dias tem um longo encontro em Lisboa, aonde se deslocara propositadamente, com Marcello Caetano, Presidente do Conselho português, a quem expõe os objetivos de constituição de um grupo político autónomo em Moçambique. Em resposta Marcello Caetano não teria apoiado imediatamente a ideia, pois o multipartidarismo também não existia na metrópole. Propõe a Máximo Dias a constituição de um grupo semelhante ao SEDES,²⁵ que então funcionava em Lisboa.

*“O GUMO foi uma ideia do doutor Máximo Dias, advogado na Beira, que pensou que a solução do problema moçambicano seria uma força criada dentro de Moçambique, dentro da legalidade, no pacifismo, para a construção de uma sociedade multirracial, da qual, infelizmente, não temos ainda no mundo uma verdadeira cópia, e portanto é um trabalho que temos que iniciar de novo, para que a África Austral possa realmente ter um futuro em que todos nós possamos viver em boa harmonia”.*²⁶

O GUMO pretendia:

12

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA
DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

1225/73-C1(2)

Exemplar

RELATÓRIO IMEDIATO		N.º	1423.74.DI.2.SC
Data da recepção da notícia	Classificação de segurança	Data	12.3.74
Entidade informadora	País, zona ou região	Classificação	D.S. 2uf.
Origem	Assunto:	Ref.º	
D. INF.	LOURENÇO MARQUES		
INF.	GRUPO UNIDO DE MOÇAMBIQUE FORMAÇÃO - OBJECTIVOS - ACTIVIDADES		

Direcção-Geral de Segurança
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
2.º D. I.
ENTRADA N.º 2172-3
Recebido em 15/3/74

Os deventores deste documento são avisados de que ele contém matéria que interessa à segurança da Nação. É proibida a sua transmissão ou revelação de seu conteúdo a qualquer forma a menos não autorizada.

1. **FORMAÇÃO**
Encontra-se, em vias de formação, um movimento designado por "GRUPO UNIDO DE MOÇAMBIQUE" (G.U.M.).

2. **FINALIDADE CONFESSADA**

a. Constituição de uma Associação de carácter cultural onde sejam admitidas todas as etnias de Moçambique, sem distinção.

b. Promoção sócio-cultural da massa nativa de Moçambique com vista à independência desta Província por meios pacíficos e de modo a proteger qualquer cedência desonrosa para Portugal, no campo militar, tendo em consideração a força real representada pela "FRELIMO".

c. Independência total de influências provenientes de qualquer outra facção política portuguesa, aceitando, contudo, todas as adesões insusceptíveis de desvirtuar a essência dos métodos e objectivos que o "GRUPO" pretenda usar e alcançar.

(Arquivo da Torre do Tombo, "Unidade por Moçambique" ou "Grupo Unido de Moçambique", 1.º Vol., ANTT/PIDE-D-C-001-1225-1.)

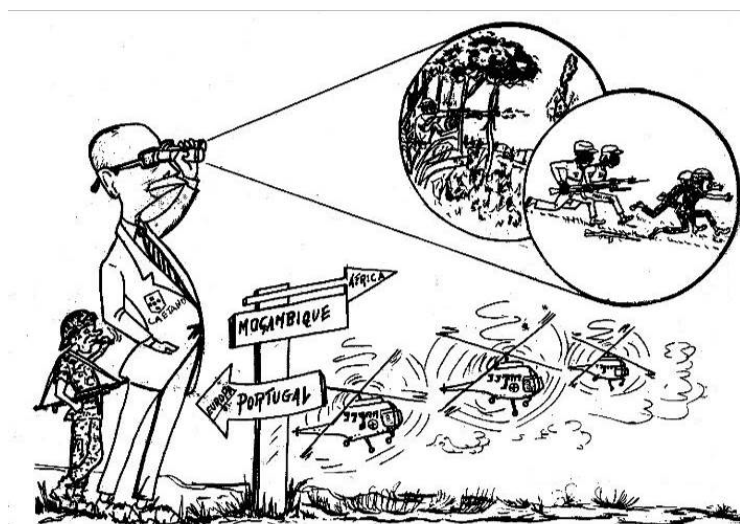
²⁵ Sociedade de Estudo para o Desenvolvimento Económico e Social. Esta organização foi entendida por vários círculos políticos como um potencial embrião de um partido legal na oposição.

²⁶ Excerto da apresentação do GUMO por Jorge Abreu, um dos seus líderes do GUMO, em Maio de 1974 em Lourenço Marques (atual Maputo). Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo Oral, ML001, cassette 2230.

Esta proposta, associada a várias outras iniciativas, ecoavam a proposta de Marcello Caetano de ‘autonomia progressiva’ das colónias. Para Caetano a fórmula desta autonomia ocorreria através “da participação crescente das populações nativas na administração e no governo das províncias, igualdade de direitos dos portugueses independentemente da raça ou da cor, transição de poderes legislativos e executivos em número e importância crescente para os órgãos locais, desvinculação da economia de cada província da economia metropolitana”.

25 de Setembro – Quem é o inimigo?

Na sua mensagem ao povo moçambicano, por ocasião do aniversário da FRELIMO, Samora Machel afirma: “O inimigo pode usar as mesmas fardas e equipamento, pode usar a mesma linguagem, falar a mesma língua, pode ser do mesmo grupo étnico, pode ser da mesma cor que nós. Mas há uma coisa que ele nunca pode, nem poderá fazer: viver o nosso comportamento, viver a nossa linha de servir o Povo. É aí que ele se desmascara, é aí que não se pode camuflar. Tudo o que ele faz é para explorar o Povo, dividir o Povo, afastar o Povo da luta, agredir o Povo. Tudo o que nós fazemos é para libertar o Povo, unir o Povo, mobilizar o Povo, servir o Povo. Por isso, os agentes inimigos são e serão sempre desmascarados, e as suas manobras neutralizadas.”



(A Voz da Revolução, edição nº 19, de Agosto-Setembro de 1973)

30 de Setembro – FRELIMO saúda a independência da Guiné Bissau

Proclamada a independência a 24 de Setembro, a 30 do mesmo mês a FRELIMO saúda esta proclamação e enaltece a figura de Cabral.

Outubro – eleições legislativas

Em Portugal continental a oposição fazer campanha eleitoral, aproveitando a abertura concedida pelo regime para fazer a sua propaganda e conquistar espaço; porém recusar-se a ir às urnas por falta de condições democráticas, desacreditando o regime.

Em Moçambique a oposição democrática, pela primeira vez não liderada por Almeida Santos, decide não concorrer, usando esta situação para divulgar a sua posição sobre a impossibilidade de uma situação militar para a guerra e a necessidade de diálogo com os movimentos nacionalistas (FRELIMO).

6 de Outubro – Movimento dos Capitães em reunião alargada

Reunião alargada do Movimento dos Capitães, em Lisboa, realizada simultaneamente em quatro locais, onde se coloca a hipótese do emprego da força para derrubar o regime.

23 de Outubro – GUMO

Joana Simeão reúne-se na Beira com o empresário Jorge Jardim, sobre o futuro político de Moçambique, a partir da constituição do GUMO.

29-30 de Outubro – Visita da Cruz Vermelha de Moçambique à cadeia da Machava

Suspeita de abusos de violência sobre presos políticos na cadeia da Machava levam a Cruz Vermelha a solicitar uma visita à cadeia. Apesar da estreita vigilância exercida sobre os presos, os delegados da Cruz Vermelha (incluindo um médico da delegação) conseguem observar os presos políticos. Conclusão: torturas em massa e até à morte - na prisão política da Machava.

Confrontado com os resultados da visita, um inspetor da PIDE/DGS justifica-se, dizendo que eram “bandidos” ou “bandoleiros vulgares”, que “aterrorizavam as populações”; detidos em rusgas pela polícia, “resistiam” e eram entregues à PIDE/DGS “já com as marcas das palmadas”. Esta informação é transmitida ao diretor da PIDE/DGS de Lourenço Marques, Pereira de Castro, ao governador-geral de Moçambique, Pimentel dos Santos, e ao ministro do Ultramar, Silva Cunha.



(Pavilhão da cadeia da Machava, espancamento, por Malangatana – Desenhos de Prisão, 2006)

5 de Novembro – Entrega do relatório da Cruz Vermelha ao Governo português

A versão final do relatório elaborado na sequência da visita da Cruz Vermelha Internacional à cadeia da Machava é entregue a 5 de Novembro a Marcello Caetano. Escrito em Francês, o documento tem o título “*Alegação de maus-tratos na Machava, Outubro de 1973*”. Juntamente com o relatório é entregue um apelo ao chefe do governo português: “Não duvidamos que o seu governo tomará as medidas que se impõem”. E insiste-se na urgência de uma nova visita à Machava. A resposta de Caetano é positiva. Afiança que “*mandou imediatamente ouvir as autoridades locais*” e que “*determinou que [...] sejam efetivadas responsabilidades*”.

Novembro – Formação do GUMO

Na sequência da tentativa de abertura política de Portugal em relação às suas colónias, é formado em Novembro o GUMO – Grupo Unido de Moçambique. Integravam a coordenação do GUMO Máximo Dias (presidente), Joana Simeão (Vice-presidente), Jorge Abreu, Lisete Simões, Cassamo Daúde e Isaías Marrão.

Para Joana Simeão, sua vice-presidente, *“o GUMO é o fruto natural de injustiças sociais incidentes, particular e predominantemente, à população negra ou mestiça moçambicana. Alguns elementos desses estratos sociais [...] decidiram constituir-se numa instituição capaz de criar condições propícias para um diálogo sério, tendente à obtenção da paz através da supressão das causas geradoras da guerra. Para reagir contra esta situação sociopolítica pediu autorização para se constituir um Partido.”* Porém, para o regime então vigente esta a hipótese foi imediatamente afastada, mas admitiu-se a possibilidade de criação de uma associação cívica que, à semelhança dos SEDES. *“O GUMO encontrou no governo-geral, e entre alguns governantes, cautelosos simpatizantes. Isto em atenção ao circunstancialismo político vigente, avesso a qualquer modificação significativa da estrutura sociopolítica favorável à real emancipação do negro. Em janeiro último (1974), um elemento do GUMO foi recebido pelo ex-Governador-Geral. Após uma troca de impressões ficou acordado apresentar o GUMO, os seus estatutos e o seu plano de ação.”*²⁷

12 de Novembro – Encontro entre Jorge Jardim e Domingos Arouca

O Eng. Jorge Jardim, que estava envolvido na busca de uma solução para o conflito violento que afetava Moçambique, encontrou-se em Inhambane com o Dr. Domingos Arouca (que estava aí com residência vigiada), para discutir o futuro de Moçambique. As relações de Jardim com Joana Simeão já tinham conhecido melhores dias e Joana Simeão acusava Jardim de proteger Miguel Murrupa, um dissidente da FRELIMO, em que ela não confiava. Para Jorge Jardim importava uma aproximação aos nacionalistas negros moçambicanos, procurando, através de Arouca, convencer a ‘frente interna’ da FRELIMO a participar no seu plano de paz.

Agosto a Dezembro – Massacres em Inhaminga

Os massacres de Inhaminga acontecem na sequência da expansão da guerra para sul, dando lugar a várias operações tropas especiais, em colaboração com as forças de defesa e segurança da Rodésia, na zona centro de Moçambique. Nas palavras de um dos padres que denuncia este massacre, *“os primeiros ataques em força da FRELIMO ao Quartel de Inhaminga deram-se em 23 de Janeiro, mas já nesse mês vários comboios da Tranz-Zambézia Railways (TZR) tinham sido atingidos e, desde fins de Julho, diversas ações armadas haviam sido conduzidas pelos guerrilheiros contra objetivos estratégicos. As prisões e torturas foram a resposta sobre a população. Mas a Frelimo já estava na zona desde fins de 1970.”* Como resposta, as instituições repressivas de Portugal lançam ondas de terror sobre a população: *“Era a PIDE, eram os soldados, eram as milícias, eram os cipaios. As duas prisões foram-se enchendo de suspeitos mas a PIDE não conseguiu prender um único guerrilheiro, porque o Povo nunca os denunciou nem mesmo debaixo de tortura”*.

²⁷ Apresentação num comício realizado em Maio de 1974 em Lourenço Marques (atual Maputo). Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo Oral, ML001, cassette 2236.



Camponeses enforcados. Cartazes pendurados no pescoço: «eu era da FRELIMO», «eu era turra». Sistemáticamente eram mortos e torturados homens, mulheres e crianças, apanhados desarmados só porque, muitas vezes, era mais cómodo matá-los do que transportá-los para os futuros aldeamentos. Detinham-nos pendurados nos árvores para intimidar outros camponeses e combatentes. A sua dor transformava-se porém em força. Numa força imparável.

(Revista Tempo, nº 318, edição de 7 de Novembro de 1976)

1 de Dezembro – Movimento dos Capitães identifica generais a contactar

Reunião, em Óbidos, do Movimento dos Capitães, em que é eleita uma comissão coordenadora alargada e votados os nomes dos generais a contactar pelo movimento - António de Spínola e Costa Gomes.

5 de Dezembro – Comissão Coordenadora do MFA inicia redação do programa de atuação

Neste dia, na Costa da Caparica, em Portugal, reúne-se pela primeira vez a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA), eleita em Óbidos, para cuja direção são escolhidos Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho e Vítor Alves. Inicia-se, ainda, o trabalho de redação de um programa de ação para o Movimento. Neste encontro é formulada a hipótese de se caminhar para o golpe de Estado caso as ações de pressão sobre o Governo falhassem.

6 de Dezembro – Ciclo de conferências proposto por Joana Simeão

Na sequência da proposta de constituição do GUMO Joana Simeão constitui uma equipa de ‘animação comunitária’, que integrava várias senhoras (incluindo a esposa do cônsul norte-americano em Lourenço Marques), procurando promover a Mulher Negra Moçambicana e, através desta, no ambiente familiar, “procurar que o Homem Negro deixe de ser atraído pelos movimentos ‘terroristas’ e assegure a paz”.

10 de Dezembro – Rebelo de Sousa, ministro do Ultramar, visita Moçambique

Baltazar Rebelo de Sousa, ministro do Ultramar, visita Moçambique, deslocando-se ao norte, onde vai até Cahora Bassa. Máximo Dias e Joana Simeão, que se haviam aproximado deste ministro, que conhecia bem o dossier de Moçambique, são incluídos na delegação.



(Receção a Rebelo de Sousa em Nampula; IICT/Arquivo Histórico Ultramarino, cota AGU/PG 69)

12 de Dezembro – ONU cria comissão de inquérito aos massacres em Moçambique

A comissão de inquérito foi criada por decisão da Assembleia Geral da ONU “*profundamente perturbada*” e “*convencida da necessidade urgente de uma investigação internacional*”. Integraram esta comissão Shailendra Kumar Upadhyay, do Nepal, escolhido para presidir à comissão, Guenter Mauersberger, da então RDA, Roberto Martinez Ordonez, das Honduras, Blaise Rabetafika, de Madagascar, e Sverre J. Bergh Johansen, da Noruega. A comissão de inquérito reuniu sempre à porta fechada, e nunca contou com o apoio do governo português.

Neste relatório são denunciados vários massacres que, segundo a Comissão de Inquérito, indicam uma prática política ‘muito perto’ de definição oficial de genocídio, e do emprego de armas químicas e bacteriológicas pelas forças armadas portuguesas sobre as povoações de Wiriyamu, Chawola, Juwau, Inhaminga, e Vila Perry, com a última ação referida no relatório datada de Março de 1974.

3114 (XXVIII). Establishment of the Commission of Inquiry on the Reported Massacres in Mozambique

The General Assembly,

Deeply disturbed by the reported massacres in Mozambique,

Recalling the consensus adopted on 20 July 1973 by the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples,²⁶ in which the Special Committee stressed that the Government of Portugal must allow a thorough and impartial investigation of the reported atrocities,

Convinced of the urgent need for such an international investigation,

1. *Decides to establish a representative Commission of Inquiry on the Reported Massacres in Mozambique, consisting of five members to be appointed by the President of the General Assembly after due consultation with Member States;*

2. *Instructs the Commission of Inquiry to carry out an investigation of the reported atrocities, to gather information from all relevant sources, to solicit the co-operation and assistance of the national liberation movement and to report its findings to the General Assembly as soon as possible;*

3. *Requests the Government of Portugal to cooperate with the Commission of Inquiry and to grant it all necessary facilities to enable it to carry out its mandate.*

*2198th plenary meeting
12 December 1973*

22 de Dezembro – Publicada entrevista de Joana Simeão no Expresso

Na sequência de um encontro em Lourenço Marques, com o jornalista Augusto Carvalho, do semanário português Expresso, que acompanhava a visita do ministro do Ultramar de Portugal, Joana Simeão dá uma entrevista que é publicada no final de 1973. Esta entrevista será considerada por muitos dos brancos em Moçambique como ‘subversiva’. Joana Simeão apela à chamada ao poder dos negros, clamando por uma progressiva autonomia administrativa e política de Moçambique, como única forma de terminar com a guerra.